

22 DEZ 1986

ADUBOS  TREVO S.A. GRUPO LUXMA

PRESIDÊNCIA

Sarney cobra apoio do empresariado

por Cecília Pires
de Brasília

Ao receber os cumprimentos de fim de ano dos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, na sexta-feira, o presidente José Sarney reafirmou que o crescimento econômico é a principal prioridade de seu governo e alertou que se a iniciativa privada não voltar a investir, "colocaremos o Estado como o grande investidor, o grande propulsor do desenvolvimento econômico".

O presidente avisou que o governo quer que a iniciativa privada comande esse processo, mas que o Estado tem instrumentos para investir em áreas onde o setor privado não responder aos apelos do governo. "O Estado voltará a participar da economia, de forma a garantir o crescimento econômico se começar a receber sinais de que o País po-

de retornar à recessão", disse Sarney.

O presidente indicou ainda a falta de investimentos privados como um dos poucos pontos que não corresponderam às expectativas do governo em torno do Plano Cruzado, "de forma que a produção acompanhasse o consumo". Sarney rejeitou, porém, com veemência, a busca de auxílio externo, por meio de empréstimos, para sustentar a rota do crescimento.

"Tenho consciência de que o Brasil tem que continuar com suas próprias forças. Minha experiência como presidente mostrou-me que o governo sofre grandes pressões. Não há generosidade que se possa esperar, não há milagre." Para o crescimento sustentado, Sarney pregou a restauração da convivência nacional. "Antes, havia um confronto entre sociedade e Estado. Hoje, os

conflitos diminuíram. Vivemos numa sociedade solidária. Todos estão opinando para procurar rumos."

O presidente pregou ainda a necessidade do pacto social e da continuidade do pacto de transição democrática para a incorporação dos setores marginalizados no processo de repartição das conquistas. "Temos ainda no Brasil 50 milhões de brasileiros que não são assalariados. São pessoas que têm direito ao emprego." Disse, no entanto, que o pacto pressupõe um prazo delimitado para que as desconfianças sejam eliminadas e a confiança seja restabelecida.

"Temos que reconhecer que foram criadas ao longo do tempo tantas dificuldades, desconfianças, muito, aliás justas. O pacto tem que ser estabelecido inicialmente para um período curto, de três a seis meses.

Se der certo, cria-se a confiança e renova-se o entendimento", afirmou o presidente. Para que isso seja possível, Sarney disse que o governo não apresentou propostas próprias, não criou uma pauta e não excluiu ninguém dos entendimentos.

O presidente também não se esquivou de discutir a possibilidade da moratória, mas lembrou os custos que esta solução significaria para o País. "Não vou me recusar a discutir o tema. Moratória é uma palavra muito sedutora. Mas, sem nenhuma ofensa à Argentina, ela seria a nossa guerra das Malvinas. Nós desembarcaríamos, haveria uma grande festa popular, mas quem pagaria a conta?", indagou o presidente.

O presidente reafirmou ainda a soberania do País na renegociação da dívida. "Quando assumi o gover-

no, havia um acordo pronto com o MFI, de monitoramento. O documento estava pronto para ser assinado. Eu me recusei a fazê-lo, a aceitar teorias de ortodoxia e optei por um caminho próprio de desenvolvimento econômico. Sustentei esta posição durante dois anos, durante os quais não recebemos um tostão de nenhum sistema financeiro internacional. O Brasil se sustentou e vencemos nossas dificuldades."

Sarney lembrou que o País não é uma autarquia no mundo, e que, por isso, o Brasil desenvolveu "outro tipo de política, uma política de integração com a América Latina, para nos libertar de todas as dependências. Hoje temos uma economia muito menos vulnerável. Apenas 6% do PIB depende de importações, das quais 3% representam importação de petróleo". Segundo o presidente, o

Clube de Paris entendeu a posição brasileira e reconheceu que esta conduta deu certo, "sem nos submetermos ao monitoramento".

A posição brasileira quanto à dívida externa, segundo Sarney, não é de confronto. "O Brasil de hoje, porém, defende seus interesses. Essa linha vai continuar, vamos prosseguir as negociações, mas nós também temos nossas luzes vermelhas, nosso 'dead line'", disse o presidente.

Ao falar sobre suas expectativas em 1987, Sarney disse que será o ano da consolidação não apenas das instituições democráticas, mas principalmente dos partidos políticos. Defendeu, ainda, a necessidade de o governo apoiar-se nas agremiações partidárias. "A Constituinte será uma oportunidade para os partidos se afirmarem. Em nenhum país do mundo a democracia pode se sustentar sem partidos políticos. As decisões do presidente necessitam de partidos coesos em que se possam respaldar", concluiu.

Em seu balanço de 1986, Sarney disse que as mudanças econômicas mudaram a face do País e que houve total participação e solidariedade da sociedade. "Foi o ano de maior crescimento no País. Esperava-se que o País só retomasse os patamares de 1980 num período de 10 anos, e nós crescemos 20% em apenas dois anos."

Sarney elogia papel das Forças Armadas

por Cecília Pires
de Brasília

No discurso proferido durante o almoço realizado tradicionalmente nos finais de ano com oficiais-generais do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, o presidente José Sarney ressaltou o papel das Forças Armadas, na defesa das instituições democráticas, lembrando que elas devem estar submetidas ao poder político.

SUBMISSÃO AO PODER POLÍTICO

"Dentro deste arcabouço do estado de direito estão as Forças Armadas. Nenhum Estado moderno delas pode prescindir, diminuí-las ou marginalizá-las. Elas são a segurança necessária para progredir. Forças Armadas integradas, responsáveis pelos ideais maiores da democracia, submetidas ao poder político, que é a síntese de todos os poderes, porque emana da vontade soberana do povo."

Sarney disse ainda que "neste instante de transição a conduta das Forças Armadas tem sido impecável, exemplar, garantindo os avanços sociais e políticos que temos, e nos quais elas participam como parcela da Nação, de uma maneira solidária".